

O SEQÜESTRO DO INTELECTO NEGRO NO BRASIL OITOCENTISTA.

*Cícero Costa Rodrigues dos Santos

O Brasil é uma mistura colorida e rica de etnias e culturas que coabitam diferentes regiões geográficas, possuidoras de visões egocêntricas em detrimento das homogêneas.

O receio de não ocupar um lugar de destaque na sociedade faz surgir querelas entre os grupos sociais, que tentam de toda forma macular a imagem dos possíveis ‘concorrentes’, colocando-os à margem do processo de construção da identidade nacional. Esta marginalização pode ser percebida nos vários campos da convivência humana, apresentada nos livros, músicas, estudos e demais fontes de produção e transmissão do conhecimento.

A ignorância respalda as idéias de exclusão e superioridade, seja racial, social, intelectual ou qualquer outra forma de subjugação de um ser por outro.

O preconceito além de estigmatizar um grupo social, ou seja, imputar-lhe características negativas (físico-moral), o mesmo produz no elemento estigmatizado mecanismos de ocultação, distanciamento e negação de sua origem.

O resgate da memória coletiva é um instrumento eficaz para as vítimas da estigmatização, pois, irá apresentar e/ou reapresentar características positivas destes grupos, que foram propositalmente olvidadas por mentes imersas no preconceito, com o intuito único de promover a submissão ideológica.

Somente com o conhecimento e/ou reconhecimento das qualificações de seu grupo de origem é que poderemos perceber o orgulho do pertencimento, criando eventos comemorativos e outros, com o propósito de apresentar a alegria de pertencer a um dado grupo, fortalecendo-o contra as investidas dos demais.

È fácil observarmos no Brasil comemorações de grupos étnicos que o compõem, apresentando suas tradições e costumes, entretanto, há algumas que são utilizadas para reivindicar melhores condições para seus representantes.

Durante os séculos XIX e XX o Brasil foi o destino de alemães (1824), italianos (1875) e japoneses (1908), dentre outras populações em menor escala, até mesmo das Américas, ambos buscando novas oportunidades, trabalho e/ou fugindo de sistemas de administração opressivas. As regiões escolhidas por estes grupos foram o Sudeste e o Sul do país, por possuírem condições climatológicas e econômicas favoráveis.

Outro grupo social também veio para o Brasil, ainda no século XVI, a Coroa Portuguesa traz para colônia do ‘Novo Mundo’ o escravo negro da África para trabalhar na lavoura de cana-de-açúcar.

E é sobre este último grupo social que lançaremos um olhar mais atencioso, pois, sabemos que existiu uma grande diferença entre imigração¹ e escravidão², mas nossa intenção é buscarmos entender o porquê das distinções entre estes grupos em nossos dias atuais.

“Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro é a ação do escravo, e não a do negro por si, que apreciamos, (...). Ao lado da monocultura, foi a força que mais afetou a nossa plástica social. Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase da vida independente, deformado pela escravidão”. (FREYRE. Casa-grande e senzala, 2000).

A sombra da escravidão e das ideologias a esta ligada pairam sobre os afro-descendentes criando barreiras imateriais, de difícil transposição, pois, são transmitidas hereditariamente e oralmente, de forma tão sutis que às vezes nem percebemos.

O tempo não foi suficiente para apagar as máculas da escravidão, uma vez que mesmo com o desiderato da ‘Abolição’ (13-05-1888), poucos negros conseguiram singrar em níveis socioeconômico superiores, (neste trabalho iremos apresentar alguns destes intelectuais negros e seu relacionamento com a escravidão).

¹ Movimento de entrada, com ânimo permanente ou temporário e com a intenção de trabalho e/ou residência, de pessoas ou populações, de um país para outro. Aurélio, 2000.

² É a prática social em que um ser humano tem direitos de propriedade sobre outro designado por **escravo**, ao qual é imposta tal condição por meio da força. Aurélio, 2000.

Com o advento da Independência do Brasil (07-09-1822), cria-se a necessidade de uma representação do povo brasileiro, ou seja, de uma identidade nacional, que pudesse garantir a união, a paz e o orgulho do pertencimento. Então, com este intento foi criado o IHGB* (21-10-1838), proposto pelo cônego Januário da Cunha Barbosa e do Marechal Raimundo José da Cunha Matos, em assembléia composta por mais de vinte membros fundadores e sob o patronato do Imperador D. Pedro II.

Os primeiros escritos acerca da história do Brasil, tinham um ponto em comum, a falha da Coroa Lusitana em introduzir no Brasil o elemento negro, imputando a este a culpa por todas as ‘mazelas’ (social, cultural, sexual, dentre outras) existentes no país. “ Em primeiro lugar o mau elemento da população não foi a raça negra, mas essa raça reduzida ao cativo” (Joaquim Nabuco, O abolicionismo, 1881).

A interferência do escravismo na vida do escravo negro não foi levada em consideração no momento em que se buscava escrever a história do Brasil, colocando este elemento em desvantagem com relação aos demais. Durante todo o período colonial e imperial o negro foi espoliado (físico-ideologicamente). Ao ouvir-mos a expressão “negros, mãos e pés do Brasil”, devemos nos ater para importância econômica deste, uma vez que o ato de trabalhar no período colonial era “coisa de negro”.

“O negro no Brasil, nas suas relações com cultura e com o tipo de sociedade que aqui vem se desenvolvendo, deve ser considerado principalmente sob o critério da História social e econômica. Da Antropologia cultural. Daí ser impossível (...), separá-lo da condição degradante de escravos, dentro da qual abafaram-se nele muitas das suas melhores tendências criadoras e normais para acentuarem-se outras, artificiais e até mórbidas. Tornou-se, assim, o africano um decidido agente patogênico no seio da sociedade brasileira”. (FREYRE. Casa-grande e senzala, 2000).

É com o IHGB e seus esforços em escrever a história do Brasil que iremos perceber a obnubilação das potencialidades negras que, perduram em nossa hodiernidade, fazendo-se necessário uma reavaliação do período em questão, como disse Caio Prado Junior: “É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e

dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade” (Formação do Brasil Contemporâneo, p.10).

“A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão cara ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo”. (GUIMARÃES. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988*)

A leitura do IHGB era feita com as lentes da eugenia. Almejando o branqueamento populacional, pondo fim à raça negra como afirmou o presidente americano Roosevelt, no jornal *Correio da Manhã*, em 1914, “no Brasil (...) o ideal principal é o do desaparecimento da questão negra pelo desaparecimento do próprio negro, gradualmente absorvido pela raça branca”. Este tipo de pensamento foi incorporado por negros que almejavam uma ascensão socioeconômica, como podemos observar no transcrito abaixo:

“Embora a mobilidade social fosse prática disseminada entre todos os segmentos sociais, estudos sobre a mobilidade espacial de libertos e livres de origem africana sugerem que, além da própria liberdade de ir e vir, muitos buscavam libertar-se do passado escravo (GRINBERG, *O fiador dos brasileiros*, 2002).

A estigmatização do negro precede a existência do IHGB, como podemos notar no livro de Henry Koster, ‘Como melhorar a escravidão’, em 1816, que diz:” Imaginei por um longo tempo que a questão de encorajar-se o incremento do número de pessoas de cor livres em todos os países escravistas era uma questão pacífica, e que não havia em absoluto dúvida a esse respeito.(...) Julgava que as velhas leis sobre a incapacidade das pessoas de cor livres só permaneciam no código civil por negligência. Qual não foi minha surpresa ao ver que a idéia de alterá-las por meios legais possíveis era negada, e que as pessoas mestiças eram vista como perigosas!”

O IHGB veio oficializar os anseios europeizados da elite brasileira, produzindo e perpetuando ideologias estigmatizadoras e preconceituosas, que colaboraram para a marginalização do elemento negro em nossa sociedade.

Vários libertos tiveram seus sonhos tolhidos pela massificação do preconceito racial, a exemplo o intelectual negro Luiz Gama que ao inscrever-se para a Faculdade de Direito percebeu que, "a generosa mocidade acadêmica daquela época entendeu que devia matar as aspirações do pobre rapaz, tratando-as como o suplício de Santo Estevão e as apedrejaram com meia dúzia de dichotes lorpas. Luiz Gama excluiu-se revoltado da companhia dos moços, horrorizado pela benevolência dos eruditos. Ou seja, a moçada que fazia faculdade era formada por gente da elite e, mesmo havendo entre os estudantes gente progressista, não engoliram o negro liberto e lutador" (BENEDITO, Luiz Gama, 2006)

Nosso intento, pois, com este trabalho é apresentar alguns intelectuais negros, a relação destes com as campanhas abolicionistas, como também as dificuldades por eles encontradas para inserirem-se na sociedade brasileira oitocentista.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica, a leitura atrelada com fechamentos não de nos possibilitar as mínimas condições de promovermos uma discursão acerca da ausência de uma historiografia dos intelectuais negros no Brasil.

Com o propósito de facilitar o entendimento, o trabalho foi dividido em três partes que, se completam levando o leitor á uma reflexão acerca não somente de nossa historiografia, como também das interferências externas e internas que a mesma sofreu. Após a leitura de algumas referências bibliográficas sobre a temática em estudo produzirmos um escrito que esperamos seja o início de uma nova forma de ver e escrever a História do Brasil. A primeira parte versa sobre os intelectuais negros durante o período dos Oitocentos, apresentando-os como também algumas de suas obras. No segundo momento, o papel destes frente o movimento abolicionista será o nosso desiderato, culminando o trabalho com os movimentos eugênicos e os escritos do IHGB.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar algumas produções historiográficas do IHGB (Marthius e Varnhagen) e as possíveis interferências sofridas por estas, no processo de construção da história do Brasil.

Objetivo específico:

Apresentar alguns intelectuais negros e a participação destes no Movimento Abolicionista.

Observar a interferência da eugenia na produção historiográfica brasileira.

Analisar ao afã libertário e seus obstáculos socioeconômicos.

BIBLIOGRAFIA

BENEDITO, Mouzar. Luiz Gama: O libertador de escravos e sua mãe libertária, Luíza Mahin. In _____. 1 ed. São Paulo, Expressão popular ed. 2006.

CARVALHO, José M. de. Cidadania no Brasil: O longo caminho. In _____. 7ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira ed. 2005.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. In _____. 4 ed. Rio de Janeiro, Record ed. 2000.

GOOFMAN, Ervin. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (trad. Márcia Bandeira de Mello L. Nunes). In _____. Rio de Janeiro, LTC ed.

GRINBERG, Keila. O fiador dos brasileiros. In _____. Rio de Janeiro, Civilização brasileira ed. 2002.

KOSTER, Henry. Como melhorar a escravidão. In _____. (trad. Nelson Patriota). Natal, EDUFRN, 2003.

MATTOS, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. In _____. 2 ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed. 2004.

MATTOSO, Kátia. A miragem da liberdade. In _____. Ser negro no Brasil. Cap. VII, p199-218. Brasiliense ed. São Paulo. 2003.

MOTTA, André. Quem é bom nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro, DPEA ed. 2002.

MENDONÇA, Joseli N. Cenas da abolição: escravos e senhores no parlamento e na justiça. In _____. São Paulo, Fundação Perseu Abramo ed. 2001.

PESSANHA, Andréa S. Da abolição da escravatura à abolição da miséria: a vida e as idéias de André Rebouças. In _____. Rio de Janeiro, UNIABEV ed. 2005.

SCHARCZ, Lília M. Retrato em preto e branco: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. In _____. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Martiniano J. Racismo à brasileira: raízes históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil. In _____. 3 ed. São Paulo, Anita Garibaldi ed. 1995.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. (trad. Raul de Sá Barbosa) Rio de Janeiro, Paz e Terra ed. 1976.